

STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S/A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício de 2023, com o devido parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria terá o prazer de prestar eventuais esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards – IASB, de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **A Companhia: A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S/A** tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica. Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2004-ANEEL, datado de 18 de fevereiro de 2004, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, por prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão em 500 kV, Teresina II-Sobral III - Fortaleza II - Sobral III - C2, com origem no estado do Piauí e término no estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no estado do Ceará, com extensão de 212 km. Após o seccionamento da LT Sobral III – Fortaleza II - C2, o incremento de 40 km de LT para interligação com a SE Pecém II, e a energização da citada SE em abril de 2014, passou a existir uma nova configuração com duas LTs, quais sejam, a LT Sobral III – Pecém II com extensão 177 km e a LT Pecém II – Fortaleza II com extensão de 73 km. No exercício de 2021, foi concluído o Seccionamento da LT Teresina II-Sobral III, para interligação com a SE Tanguá II, essa nova configuração foi energizada em outubro/2021, passando a ser 2 LTs: LT Teresina II – Tanguá II com extensão de 277 km e a LT Tanguá II – Sobral III com extensão de 110 km, o que acrescentou 48 km de Linha de Transmissão a STN. Em 2023, continuaram os trabalhos do Seccionamento da LT Pecém II – Fortaleza II, para interligação com a SE PACATUBA, com este novo seccionamento, acrescentará aproximadamente 1,6 km de Linha de Transmissão a STN, este novo seccionamento será em circuito duplo de 500 kV. Atualmente, a STN possui, após os seccionamentos já concluídos, um

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)						
	Notas	2023	2022	Notas	2023	2022
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.989	17.303			
Concessionária e permissionárias	5	21.180	17.545			
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	5 e 12	525	420			
Ativo de concessão	6	86.301	95.741			
Imp.de renda e contrib.social a recuperar		2.951	5.274			
Outros tributos a recuperar		3.363	2.909			
Serviços em curso		6.770	10.882			
Ativo financeiro setorial		22.140				
Outros créditos		3.013	6.824			
Total do ativo circulante		186.232	156.625			
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais		713	919			
Concessão, e permissão - outros créditos	5	1.214	1.693			
Ativo financeiro setorial		17.694	35.243			
Ativo de concessão	6	579.379	599.324			
Outros créditos		28	28			
Imobilizado		55	96			
Total do ativo não circulante		599.083	637.272			
Total do ativo		785.315	793.898			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.447	64.464	36.007	57.723	-	532.641			
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior	-	-	-	-	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	131.256	131.256			
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-			
Constituição de reserva legal	-	6.563	-	-	(6.563)	-			
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	21.367	-	(21.367)	-			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(25.832)	(25.832)			
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(24.536)	(24.536)			
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	52.958	(52.958)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	374.447	71.027	57.374	52.958	-	555.806			
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior (Nota 11c)	-	-	-	-	-	-			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	102.284	102.284			
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-			
Constituição de reserva legal (Nota 11b)	-	3.862	-	-	(3.862)	-			
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 11b)	-	-	26.021	-	(26.021)	-			
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11c)	-	-	-	-	(18.100)	(18.100)			
Dividendos intermediários (Nota 11c)	-	-	-	-	(35.360)	(35.360)			
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	18.941	(18.941)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	374.447	74.889	83.395	18.941	-	551.672			

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ("STN" ou "Companhia") foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006. Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia. Pelo Contrato de Concessão nº 005/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III - C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL, e é fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o contrato de concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	165.875	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.205/2023.

O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada em Nota 6.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 1º de março de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Bases de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da STN. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

total de 633 km de linha de transmissão em circuito simples. **Sistema de Transmissão:** As instalações de transmissão da STN integram a Rede Básica do Sistema Interligação Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), é do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os serviços de operação do sistema de transmissão da Companhia são realizados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), enquanto as atividades de manutenção das instalações elétricas são executadas diretamente pela STN, tendo apresentado, no exercício, um bom desempenho operacional. **Disponibilidade da Linha de Transmissão**

	2023	2022
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,61	99,87

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha se encontra disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e Desenvolvimento**

P & D: A STN, durante o ano de 2023 finalizamos com o projeto intitulado "Desenvolvimento de Cabeça de Série de dispositivo de detecção de desgaste ou corrosão em hastes de ancoragem utilizadas no estaiamento de torres de linhas de transmissão de energia elétrica", o qual estava inserido no tema "Transmissão de Energia". Ainda no ano de 2023 a STN finalizamos ao projeto intitulado "Inspeção com drones por meio do acoplamento eletroestático para carregamento de baterias em voo e uso de aprendizado de máquina para classificação automática de defeitos", o qual está inserido no tema "Transmissão de Energia". O Projeto de Gestão 2021/2023, foi finalizado em 2023 e iniciamos o Projeto de Gestão 2023/2028. Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 754 de 13 de dezembro de 2016, as informações sobre o programa de pesquisa e desenvolvimento da empresa estão disponíveis, desde março de 2017, no portal eletrônico. **Responsabilidade Socioambiental - Jurídico:** A Companhia, cliente de sua responsabilidade social, apoia iniciativas vinculadas não só ao desenvolvimento cultural, aos direitos das crianças e adolescentes, mas também ao desenvolvimento dos esportes. Destarte, no intuito de cumprir com seus compromissos, acima citados, incentivou: **A - Lei Rousselle - Associação CasaAzul:** tem por objetivo a inclusão de pessoas através da arte de construir bonecos criados à mão. A proposta visa dar continuidade ao atendimento de mais de 450 pessoas, principalmente em idade infantil e cerca de 15 instituições diferentes, com 100% de

Demonstração do resultado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Notas	2023	2022		
Receita operacional líquida					
Custos de operação	14	97.183	183.428		
Lucro bruto		(24.433)	(18.119)		
Despesas operacionais, líquidas	14	72.750	165.309		
Administrativas e gerais		(3.505)	(2.590)		
Pessoal		(3.862)	(3.871)		
Honorários da diretoria e conselho de administração		(3.226)	(3.426)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		45.149	(695)		
Lucro antes do resultado financeiro		34.556	(10.582)		
Receitas financeiras		107.306	154.727		
Despesas financeiras		(163)	(76)		
Resultado financeiro	15	10.509	4.417		
Lucro antes dos impostos		117.815	159.144		
Imposto de renda e contribuição social	16	(18.358)	(8.935)		
Corrente		2.827	(18.953)		
Diferido		(15.531)	(27.886)		
Lucro líquido do exercício		102.284	131.256		

Demonstração do resultado abrangente					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2023	2022			
Lucro líquido do exercício	102.284	131.256			
Outros resultados abrangentes					
Resultado abrangente do exercício	102.284	131.256			
Demonstração dos fluxos de caixa					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2023	2022			
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imp. de renda e contrib. social					
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	117.815	159.144			
Valor residual das baixas do imobilizado	2.827	1.297			
Contribuições sociais e encarg.regul.diferidos	117.815	159.144			
Atividade de concessão	29.385	(45.259)			
Ativo financeiro setorial	(4.592)	-			
Tributos e contribuições sociais	3.875	(196)			
Serviço em curso	4.112	802			
Outros créditos	4.017	(2.156)			
Atividade de concessão	33.335	(48.480)			
Atividade de concessão	(7.171)	766			
Fornecedores	(6.984)	448			
Tributos e contribuições sociais a recolher	(6.135)	4.045			
Outras obrigações	3.077	541			
Atividade de concessão	(10.759)	5.800			
Atividade de concessão	143.429	122.410			
Atividade de concessão	(14.052)	(8.001)			
Atividade de concessão	129.377	114.409			
Atividade de concessão	(106.418)	(127.332)			
Atividade de concessão	(106.418)	(127.332)			
Atividade de concessão	22.959	(12.923)			
Atividade de concessão	17.303	29.953			
Atividade de concessão	39.989	17.303			
Atividade de concessão	22.959	(12.923)			

3. Sumário das políticas contábeis materiais - 3.1. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1. Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo efeito do diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Integração Social - COFINS, na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício. **3.1.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leição. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3. Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.4. Receitas de juros:** As receitas de juros decorrentes de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.1.5. Receita de reversão da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (ser-

viço de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo o custo de implementação do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energias é estimado o início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Esses recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (infraestrutura) geram o direito de receber o fluxo de caixa futuro até o final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) numerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 8,88% a.a. e (ii) atualizado pelo IGP-M. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torná-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo seria exigida para que o cenário montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a STN não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e recíproco de compensar os montantes reconhecidos em uma única linha de itemização. Quando não houver esse direito, liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.7.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Taxas regulamentares e setoriais:** Reserva global de reversão: Encargos do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor equivale a 2,7% da RAP, corrigido pelo efeito do diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Integração Social - COFINS (P&C) e empresa de pesquisa energética (EPES). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. Taxa de fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP. **3.9. Tributação - 3.9.1. Tributos sobre a receita:** As receitas da STN estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas seguintes bases: - Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%. Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido. **3.9.2. Imposto de renda e contribuição social - Correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Em 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0138/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de validade de 2016 a 2026. **3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - Diferido:** O direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais. Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo

élite nacional da modalidade. **D – Idoso - Instituto Velho Amigo:** O Empreende 60+ é uma intervenção social de doze meses que visa contribuir para a segurança financeira de 120 pessoas, através do desenvolvimento e aprimoramento de competências necessárias para a construção e/ou fortalecimento de planos de vida focados em atividades empreendedoras ou reinserção no mercado de trabalho e sensibilização e engajamento de atores-chave nas áreas privadas e públicas para o enfrentamento ao Etarismo no ambiente de trabalho e incentivo a contratação de pessoas 60+. **E – Pronon - Fundação Pequeno Príncipe:** O Projeto "Pelo Direito à Vida IV" viabilizará investimentos em três frentes distintas e correlacionadas para a efetivação do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes: assistência de qualidade, formação continuada e pesquisa científica. **Desempenho Econômico e Financeiro:** Conforme o Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se faz mediante o pagamento de Receita Anual Permitida, o que aconteceu a partir de 1º de janeiro de 2006, data da disponibilidade das instalações para a operação comercial, reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pela variação do IGP-M. No exercício de 2023, a Companhia obteve um Resultado Operacional de R\$ 117.815 mil (R\$ 159.144 em 2022) e um Lucro Líquido, após a provisão para o Imposto de Renda e a contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de R\$ 102.284 mil (R\$ 131.256 em 2022), correspondente a R\$ 516,59 (R\$ 662,91 em 2022) por lote de 1.000 ações do capital social.

	2023	2022
Liquidez Geral	2,31	2,78
Liquidez Corrente	4,04	3,85
Relação do Patrimônio Líquido/Ativo	0,61	0,65
Relação do Exigível Total/Ativo Total	0,33	0,30
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	18,54%	23,62%
Relação Lucro Operacional/Patrim. Líquido	19,45%	27,96%
Margem EBITDA (LAJIDA)	110,42%	84,73%

Desempenho Técnico-operacional: No exercício de 2023, foram realizadas as manutenções contempladas no plano de atividades de manutenção de instalações de transmissão prioritárias, ficando os indicadores de desempenho na faixa de normalidade estabelecida no Relatório de Avaliação de Desempenho de Manutenção de Equipamentos – RAD, emitido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Finalmente, queremos deixar consignados os nossos agradecimentos aos acionistas, empregados, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. **A Diretoria.**

para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta nega o reconhecimento alegando que a STN estaria sem Certidão de Regularidade Fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2012, assinalados nos §1 e §2 do art. 60 da IN IRF 267/02; (b) o art. 124 da IN IRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, entende-se que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso

Publicidade Legal – 5 de abril de 2024 - STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S A - BALANÇO pdf

Código do documento e354804a-177e-411e-aa07-0b9f5717248a



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

04 Apr 2024, 19:30:07

Documento e354804a-177e-411e-aa07-0b9f5717248a **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-04T19:30:07-03:00

04 Apr 2024, 19:30:22

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-04T19:30:22-03:00

04 Apr 2024, 19:30:33

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 189.115.168.192 (189.115.168.192.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 45356). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-04T19:30:33-03:00

Hash do documento original

(SHA256):15bdd28cc45251d8d8b08f3ed10d066769f2d994af76a94f168ab7a3c3656cd3
(SHA512):43f4015c6aa9a0587ffbc13687c4b5e9500895f961a983403075246c02adc77af251f41bdb4b71a2e07dc9f3cb40637ea9ea26305d6d49a6cfc357f5609eb333

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign